

Mediar conflito virou rotina do Presidente

Quatro escândalos que marcaram o Governo Fernando Henrique tiveram origem no Governo. O primeiro foi dentro do Palácio do Planalto, a menos de 100 metros do gabinete do Presidente. Numa disputa de espaço com o chefe do Cerimonial, embaixador Júlio Cesar dos Santos, o secretário particular Francisco Graziano patrocinou o primeiro grampo que gravou conversas do Presidente. As fitas mostraram tráfico de influência no processo de licitação para implantação do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). A escolha da empresa americana Raytheon ainda está sendo investigada.

Em maio do ano seguinte o Governo foi novamente atingido, desta vez pelo escândalo da compra de votos na campanha pela reeleição. Em novembro do ano passado o Governo voltou a se atrapalhar. O escândalo desta vez veio em dose dupla. Surgem as primeiras fitas do grampo telefônico no BNDES, sugerindo irregularidades no maior leilão do mundo. Resultado: cai o então ministro das Comunicações Mendonça de Barros e três auxiliares.

Na mesma semana apareceram as denúncias da conta conjunta em um paraíso fiscal em que seriam sócios Fernando Henrique, Mário

Covas, Sérgio Motta e José Serra. Essa denúncia, conhecida como Dossiê Cayman, nunca foi comprovada, mas só agora, sete meses depois, o Presidente mandou abrir inquérito para punir os responsáveis pela divulgação de documentos falsos.

Além das brigas públicas, o presidente Fernando Henrique teve de se ocupar com mal-estar, fofocas e desentendimentos no primeiro escalão. Entre 1995 e 1996, Pedro Malan, José Serra, Gustavo Franco divergiram várias vezes sobre os rumos da política econômica. Houve momentos em que o Presidente não podia reunir os ministros por

absoluta falta de diálogo entre eles.

Serra já ficou sem falar com o ministro da Educação, Paulo Renato. Paulo Renato se desentendeu com Sérgio Motta quando este ocupava a Pasta das Comunicações. Motta, por sua vez, já havia batido de frente com Clóvis Carvalho, que teve várias brigas com Adib Jatene sobre os recursos para a saúde provenientes da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras. Atualmente se digladiam os ministros José Serra e Waldeck Ornelas. Tudo em função de recursos para a filantropia. (M.M., C.L.)

NA PÁGINA 4, A SOLIDÃO DO PRESIDENTE